ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

SEÇÃO TEMÁTICA

GEOGRAFIAS NEGRAS



REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 38 (2023)

ANPEGE 30 ANOS

DOI: 10.5418/ra2023.v19i38.15696

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

TERRITÓRIO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: LUTAS FEMININAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA – MURICILÂNDIA-TO

Territorio, memoria e resistencia: luchas femininas em la da Comunidad Dona Juscelina – Muricilandia -TO

Territory, memory and resistance: women's struggles of dona Juscelina Quilombola Community – Muricilândia-TO

ELAINE DA SILVA SOUSA
Universidade Federal de Goiás (UFG)

MARCILÉIA OLIVEIRA BISPO
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre o processo de construção da identidade da mulher na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, que está localizada em perímetro urbano da cidade de Muricilândia-TO, às margens da Rodovia TO-222, no norte do Estado do Tocantins. A mulher quilombola encontra no seu processo de construção da identidade uma trajetória permeada de dificuldades e resistências e nesse trajeto, a partir de suas memórias e territórios, ela se reconstrói. Nesta pesquisa, utilizou-se de uma abordagem qualitativa por meio dos seguintes procedimentos: pesquisas bibliográficas, observação participante, depoimentos pessoais com gravações de áudios em entrevistas individuais autorizadas pelas protagonistas a partir do uso de recursos e plataformas digitais, respeitando as normas de distanciamento em razão da pandemia de Covid-19. As reflexões analisadas demonstram que a construção da identidade da mulher quilombola é um segmento de resistência que se inicia na memória e na luta pelo território e se reconstrói diariamente.

Palavras-chave: Território. Memória. Mulher. Quilombo.

Resumen: El objetivo de este artículo es reflexionar sobre el proceso de construcción de la identidad de la mujer en la Comunidad Quilombola Doña Juscelina, que está ubicada en el perímetro urbano de la ciudad de Muricilândia-TO, a márgenes de la carretera TO-222 en la al norte del estado de Tocantins. La mujer quilombola encuentra en su proceso de construcción de identidad una trayectoria permeada de dificultades y resistencias y en ese camino, desde sus memorias y territorios se reconstruye a sí misma. En esta investigación se utilizó un enfoque cualitativo a través de los siguientes procedimientos: investigación bibliográfica, observación participante, deposiciones personales con grabaciones de audio en entrevistas individuales autorizadas por los protagonistas, a partir del uso de recursos y plataformas digitales respetando las normas de distanciamiento por la pandemia de COVID-19. Las reflexiones analizadas demuestran que la construcción de la identidad de la mujer quilombola es una continuación de resistencia que se inicia en la memoria y en la lucha por el territorio y se reconstruye a diario.

Palabras clave: Territorio. Memoria. Mujer. Quilombo.

Abstract: The purpose of this article is to reflect on the process of building the identity of women in the Quilombola Dona Juscelina Community, which is located in the urban perimeter of the city of Muricilândia-TO, on the banks of the TO-222 highway in the north of the state of Tocantins. The quilombola woman finds in her identity construction process a trajectory permeated by difficulties and resistances, and in this path from her memories and territories she rebuilds herself. In this research, a qualitative approach was used through the following procedures: bibliographic research, participant observation, personal testimonies with audio recordings in individual interviews authorized by the protagonists, from the use of resources and digital platforms respecting the norms of distancing due to the pandemic of COVID-19. The analyzed considerations demonstrate that the construction of a woman's identity is a continuation of resistance that begins in the memory and struggle for territory and is re-constructed daily.

Keywords: Territory. Memory. Woman. Quilombo.

NOTAS INICIAIS

Os Caminhos da Comunidade Quilombola Dona Juscelina e da pesquisa

A Comunidade Quilombola Dona Juscelina está localizada em perímetro urbano da cidade de Muricilândia-TO, às margens da Rodovia TO-222, no norte do Estado do Tocantins, na região Norte do Brasil. A comunidade teve seu processo formativo iniciado na década de 1950, a partir da migração de um grupo de pessoas liderado pela beata Antonia Barros de Sousa, oriundo da cidade de Filadélfia-TO, grupo esse que se desloca pelo viés religioso (Oliveira, 2018; Santos, 2018).

Parte desse grupo ficou no Pé do Morro (Aragominas-TO), e outra parte, algum tempo depois, se deslocou para fundar a área chamada de Murici (Muricilândia-TO). Esse grupo é formado por romeiros de Padre Cícero e, numa visão religiosa, buscava por melhorias através de uma visão mística das Bandeiras Verdes, que, de acordo com Vieira (2001, p. 150), "as bandeiras ficam para oeste, portanto, com a região da fronteira inexplorada, onde só existem as *matas*", sendo identificadas como as matas amazônicas.

Quando chegaram a essas localidades, as pessoas construíram suas territorialidades e fundaram suas comunidades. No entanto, com o avançar dos anos e de políticas federais que levavam o nome do "progresso", foi instaurada uma nova e catastrófica realidade na região do antigo Norte Goiano.

As políticas governamentais veem na Amazônia Legal, na década de 1970-1980, a nova fronteira econômica do País e se inicia um ambicioso plano de desenvolvimento para a região Norte do Brasil. Nesse plano, dentre várias outras obras, temos a construção da Belém-Brasília. Muitas mudanças ocorreram com essa construção e como resultado negativo, se podemos assim denominar, ocorre a perda de territórios das comunidades que ali viviam.

O progresso que o capital apresenta e trouxe a essa região tira dos grupos e comunidades, que ali já estão inseridos e territorializados, seus territórios. São ações imbuídas dos interesses do capital e da Capital e com o apoio dos mais diversos grupos (Sader, 1986), os grileiros invadem esses espaços e territórios e, na maioria das vezes, de forma violenta e brutal, retiram os grupos e as comunidades de seus espaços, o que ocasiona na perda de seus territórios ancestrais.

Nessa perspectiva de luta pelo território e nos processos dos quais essas situações se fazem e refazem, nas discussões seguintes são apresentados os entendimentos acerca da formação do território e da territorialidade em um processo de des(re)territorialização da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, que foi resultado de pesquisa de dissertação de mestrado[1].

1 Dissertação de Mestrado realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Tocantins concluída em 2021e intitulada "Protagonistas de sua História: territorialidades femininas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO".

O artigo aqui apresentado tem como objetivo refletir sobre o processo de construção da identidade da mulher da Comunidade Quilombola Dona Juscelina como um processo de existência e resistência. No intuito de responder e/ou chegar a tais reflexões, adotamos na pesquisa uma abordagem de caráter qualitativa e do uso de instrumentos metodológicos em nível bibliográfico, trazendo discussões acerca de território, quilombo, identidade e mulheres quilombolas.

Dentro das possibilidades e respeitando as normas de distanciamento em razão da pandemia de Covid-19, por meio de uma observação participante foi possível a realização de depoimentos pessoais com gravações de áudios em entrevistas individuais autorizadas pelas protagonistas, que se dispuseram a participar da pesquisa a partir do uso de recursos e plataformas digitais.

Por meio de um contato prévio com cada mulher que se dispôs a participar dos depoimentos, foram agendados dia e horário de acordo com sua disponibilidade para uma reunião on-line em que cada uma teve a liberdade de fala e autonomia sobre as questões levantadas durante a conversa. Todas as mulheres participantes expressaram suas concordâncias no início de cada entrevista, evidenciando que cada participante poderia desistir de sua participação a qualquer momento de sua fala.

Com o delineamento da pesquisa e de metodologia expostos, se faz indispensável uma breve apresentação de como ocorre a construção da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, com o intuito de possibilitar uma melhor compreensão acerca do processo de construção da identidade da mulher quilombola.

O Território como produção de espacialidades

Nos caminhos trilhados pelos romeiros, a resistência sempre foi a forma encontrada para existir. Numa caminhada de ressignificações, essas pessoas buscam e trazem uma nova forma de ser. Quando observamos o processo de construção que engloba o antigo Norte Goiano, romeiros de Padre Cícero e as políticas de expansão econômica rumo à Amazônia Legal, entendemos que a construção abrange uma variedade de sentidos.

O território é convidado a assumir as suas variadas significações, dentre elas, o poder. E junto desse poder vem a questão financeira, que é também atrelada ao capital, e assim temos, num processo de implantação, a perversidade do capital como sinônimo de progresso, desenvolvimento. De certo modo, não se pode negar, por exemplo, que a construção da Belém-Brasília[2] acarretou melhorias para a região, mas, junto dela, outras mudanças ocorreram.

Os romeiros produziram espaço geográfico em uma perspectiva que difere do de apropriação, e sim numa coletividade, cenário que mudou com a chegada do progresso.

2 "A rodovia recebeu os nomes de Belém e de Brasília pelo fato de estes se referirem a duas cidades que constituem os seus extremos. Porém, é apenas um nome popular, pois, oficialmente, nos mapas das rodovias tocantinenses consta a BR 153, rodovia Transbrasiliana, o que consideramos como um equívoco, uma vez que ela é a maior referência para os tocantinenses" (Brito, 2016, p. 138).

Conforme Saquet (2007, p. 77), "[...] o espaço geográfico não é apenas palco, receptor de ações, substrato. Ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis". Uma variedade de significados é encontrada nos relatos de quem permanece nesses locais. Um valor de uso e um valor de troca são estabelecidos de acordo com as vivências de cada grupo.

Nessa diversidade de possibilidades do uso do território, a sua definição:

> [...] não pode ser classificado como *físico* ou fenômeno *inanimado*, mas como uma área onde há um elemento de centralidade, que pode ser uma autoridade exercendo soberania sobre as pessoas ou sobre o uso de um lugar. (Saquet, 2007, p. 68).

Podemos inferir que as cidades de Aragominas-TO e Muricilândia-TO se iniciaram nesta construção que Saquet (2007) evidencia sobre o uso do território, ambas trazem em seus primórdios uma figura de autoridade, ou melhor, uma figura de liderança, sendo a beata romeira de Padre Cícero, que chega no Pé do Morro e parte de seu grupo se desloca para as margens do Rio Muricizal em 20 de agosto de 1952, para fundarem então a cidade de Muricilândia-TO, com a chegada, posteriormente, de Lucelina Gomes dos Santos[3] (Santos, 2018). Sendo assim:

> O território envolve, ao mesmo tempo, as relações efetuadas pelo homem na natureza/ambiente; compreende os ambientes natural e construído em *sistema*, a partir dos pressupostos filosóficos da fenomenologia. Assim, estuda os grupos, as *comunidades* e suas percepções/sentimentos de território, sua organização, seus signos. (Saquet, 2007, p. 111).

Nesse sentido, o território permite aqui uma abordagem e um entendimento da formação e configuração da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, que tem em seu âmago um território ancestral vivido e dessa forma sua construção teve início (Medeiros, 2009).

Para Bonnemaison (2000, p. 128):

> O território nasce de pontos e marcas sobre o solo: ao seu redor se ordena o meio de vida e se enraíza o grupo social, enquanto que em sua periferia, e de maneira viável, o território se atenua progressivamente em espaço secundário, de contornos mais ou menos nítidos.

De fato, as marcas estão no território e também na memória da comunidade e, nesse sentido, o território assume significações e são possíveis várias interpretações, como aponta Haesbaert (1997, p. 41):

> O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva.

Para o autor:

3 Matriarca da Comunidade Quilombola Dona Juscelina tendo como nome social Dona Juscelina. Nessa perspectiva, será usado seu nome social nestes escritos.

> Esta distinção entre território como instrumento do poder político e território como espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso, é fundamental no mundo contemporâneo, dentro do debate entre universalistas e multiculturalistas (defensores do respeito às diferenças culturais). (Haesbaert, 1997, p. 37).

O território amplo, nessa perspectiva, permite a criação de novas espacialidades e territorialidades no antigo Norte Goiano. Perante todos os enfrentamentos que cada grupo desempenha em um determinado espaço geográfico, o mais difícil e complexo é o estabelecimento de sua identidade cultural por meio de uma territorialidade, mas é também o elo que permite permanência e luta por aquele determinado espaço que também é território.

Para Claval (2001, p. 142):

> A cultura é o conjunto de representações sobre as quais repousa a transmissão, de uma geração a outra ou entre parceiros da mesma idade, das sensibilidades, idéias e normas. Ela inclui a imagem do meio ambiente próximo e os conhecimentos, práticas e ferramentas que permitem tirar partido dele. Ela comporta um arsenal de métodos para se orientar [...].

Nessa amplitude de conhecimentos que é transmitida de geração a geração, tem-se a necessidade e a certeza da preservação de uma identidade perpétua. Para Santos (2017, p. 3):

> A identidade é marcada pela representação dos símbolos e assim a representação atuaria simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações em seu interior. [...] Essas representações perpassam o sentimento de pertencimento ao território, tendo em vista que o sentimento a determinada terra é a maneira de expressar a identidade, construída através da confrontação de grupos.

Com essa construção da identidade no espaço geográfico por meio de um território, salientamos que existe um processo que permite a criação de uma territorialidade por parte dos grupos sociais e nela há, segundo Saquet (2009, p. 88), “continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar”.

É certo que cada grupo social carrega consigo uma cultura, uma maneira de ser e de estar no espaço, uma forma de construir e/ou reconstruir seus saberes em detrimento do bem comum, de acordo com as condições que lhe são expostas. Os romeiros fizeram e fazem isso ao se estabelecerem nas regiões do Pé do Morro e do Rio Muricizal.

Existem com esse grupo de romeiros desde que deixaram a cidade de Filadélfia, ainda Estado de Goiás, na década de 1950, uma história e uma geografia, uma identidade e um território, uma existência e uma resistência. Esses romeiros, dentro de suas especificidades, se fizeram e se fazem presentes nesses espaços desde o seu início, podemos por assim dizer que, através das Bandeiras Verdes, são desbravadores desses territórios. Segundo Almeida (2010, p. 126), “o território é, pois, dotado de uma historicidade caracterizada pelos seus ritmos específicos”.

Nessa compreensão, Haesbaert (1999, p. 78) considera que:

> Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território [...], uma identidade em que um dos aspectos básicos para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto mais concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial, quando o referente simbólico central da construção dessa identidade parte ou transpassa o território.

Se cada pessoa é portadora de uma vivência cultural, um grupo de pessoas será portador de uma amplitude. Quando o deslocamento interfere nessas vivências, simultaneamente, outras são criadas. Um processo que ocorre por meio da migração acaba por permitir também outra (des)construção, a desterritorialização. Para Almeida (2009, p. 185):

> O processo de desterritorialização, para o imigrante, começa na terra natal, quando ele começa a sonhar com o sair daquela situação que o incomoda. A fratura do pertencimento acontece com a decisão de desfazer-se dos bens materiais, culturais e afetivos, para empreender a busca de refazer a vida em melhores condições.

É nesse desejo de refazer a vida que as cidades de Aragominas-TO e Muricilândia-TO são construídas. Quando os grupos se formam, vão unindo seus conhecimentos e oralmente vão transmitindo saberes de geração a geração, numa escala de tempo que a pressa se torna inimiga da perfeição. Os saberes que carregam consigo não entram na questão da urgência, eles são necessários, eles formam lugares e pessoas, formam uma comunidade, perpetuam uma tradição. O tempo não é o mesmo para cada um, mas todos se constroem em um território e a perda deste, para muitas comunidades, é catastrófica.

As políticas econômicas de crescimento causam essa desestruturação pelos locais que passam. Elas não são pioneiras, não na região da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, são, na verdade, parte de um sistema que desestrutura os povos tradicionais que vivem no então antigo Norte Goiano.

A tradição é repassada no ser, fazer e falar. Tradição que permite uma ligação das pessoas com a terra. E nessa perspectiva, Frochtengarten (2005, p. 374) ressalta que "a memória oral é condição promotora de enraizamento" e assim, "[...] uma vida é vivida quando narrada".

O ato de narrar requer tempo, maestria, dedicação e conhecimento. É o momento que aquele que o faz proporciona para aqueles que o escutam, por meio da imaginação, uma visão do real, da realidade que tinham e que podem ter. Nas narrações da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, a narrativa é iniciada a partir da migração de romeiros de Padre Cícero que encontram terras devolutas e se tornam as primeiras famílias quilombolas a se territorializarem na região. No continuar de suas falas, um território tomado por técnicas ilegais realizadas por vias legais. Dessa maneira, a comunidade tradicional se torna refém de um processo de desterritorialização, no anseio de, num futuro próximo, conseguir sua reterritorialização.

Saquet (2003[2001], p. 218) aponta que:

> A des-territorialização e a re-territorialização são contraditórias, mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas pela relação EPC, sendo que as redes

> *estão e atuam* em ambos os processos. A des-territorialização num lugar significa a re-territorialização noutro, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território.

Economia, Política e Cultura (EPC) promovem processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR) em um processo de continuidade em que a ocorrência de um leva ao outro. No entanto, não é sempre nessa ordem. Em alguns casos, as características estão expressas nas entrelinhas de cada grupo/comunidade, de acordo com suas dimensões simbólica, identitária e afetiva.

Nessa perspectiva, a comunidade quilombola em questão revive esse processo de TDR. No esquema seguinte (figura 01), podemos observar algumas especificidades que formam o espaço geográfico/território da comunidade.

Figura 1 – Processo de TDR no Quilombo Dona Juscelina



Fonte: SOUSA, E. 2020. (Dados organizados pela autora).

O primeiro processo que aparece no esquema é o de territorialização e esta é uma abordagem descrita a partir da realidade e das características que formam o antigo Norte Goiano e posteriormente a Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Como dito, é uma continuidade, e os migrantes que vieram do Nordeste na década de 1950 em busca das Bandeiras Verdes, seguindo as profecias de Padre Cícero, foram, no início dessa viagem, desterritorializados de seus antigos lugares/territórios.

A caminhada que os migrantes fazem possibilita uma nova territorialização. A cultura em partes é deixada e em partes levada, mas nunca é esquecida ou substituída, ela é ressignificada. As terras devolutas proporcionam ao migrante romeiro a vivência da liberdade e do sonho de prosperidade. Nessa ocasião, a formação de um povoado às margens de um rio se inicia num processo que antecede outro e que, para suprir as necessidades de outros grupos, culmina noutro – a desterritorialização.

O segundo processo é a desterritorialização, que traz em seu âmago a perda, a ruptura, a descontinuidade de um processo, de uma formação, de uma luta. Mas a descontinuidade não deve ser aqui entendida como o fim de uma luta e/ou processo. Anteriormente foi mencionado que as políticas usadas para suprir os desejos do capital dispõem de várias roupagens. Pois bem, a luta e a resistência dessa comunidade quilombola da qual essa pesquisa trata também apresentam muitas roupagens, e elas se

fazem em uma coletividade que parte da vivência em busca da valorização de seus direitos em uma luta comum para benefício de todos.

Na década de 1970, com a chegada do chamado progresso, que percorre a Rodovia Belém-Brasília com inúmeros projetos de desenvolvimento econômico tendo a Amazônia Legal como foco, inicia-se o processo de desterritorialização de povos e comunidades da região do Bico do Papagaio. A Comunidade Quilombola Dona Juscelina perde seu território para grupos originários de outras regiões do País que contam com a ajuda de órgãos públicos e dispõem de documentos falsos, e alegam ser donos legalmente de determinados lotes. Sendo assim denominados de grileiros (Sader, 1986).

Território e espaço geográfico são indissociáveis, um possibilita o outro. O espaço geográfico permite as inúmeras e diversificadas manifestações que compõem o território e a sua perda não ocasiona, totalmente, no extermínio dessas manifestações.

Reterritorialização, o terceiro e último processo que é apresentado no esquema anteriormente, conta com uma variedade de lutas que são travadas cotidianamente pela comunidade. Em um processo imbricado, ocorre a formação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina e da cidade de Muricilândia-TO. Quando a terra foi devorada para atender aos anseios da Capital, consequentemente, tiveram de se concentrar no povoado que se encontrava/encontra às margens do Rio Murici. Além do espaço geográfico que permite o território, outras dimensões condicionam sua existência/permanência: simbólica, identitária, afetiva.

Dentro dessas dimensões, podemos observar e identificar no interior da comunidade a existência da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina (ACQDJ) e o Festejo da Abolição como exemplificações da resistência dessa comunidade. O estar em limite urbano não silencia ou impede suas lutas e manifestações culturais.

É nesse espaço/território que a comunidade quilombola constrói suas identidades, trava suas batalhas, realiza suas festividades culturais com grande diversidade geossimbólica e, quando as entrelinhas são observadas em sua essência, encontramos dentro dos seus quintais[4] características adquiridas do tempo em que essa população era proprietária de seus lotes, sendo essa uma grande expressão do território simbólico, uma expressão de micro reterritorialização.

Todas as manifestações que compõem a comunidade e que são vivenciadas por cada quilombola têm em sua significação a luta pela terra. Embora existam inúmeros traços da comunidade dentro do espaço urbano e esse agrupamento tenha instituído ali um território, a reterritorialização desejada e sonhada pela comunidade é ter seu território ancestral titulado como sendo da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

A seguir será possível compreender como se deu a formação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina a partir de uma figura feminina negra, nordestina e romeira. Possibilitando, assim, uma melhor compreensão do esquema que foi exposto anteriormente a respeito do TDR.

4 Oliveira (2018, p. 91) traz “quadro 04: tipos de ervas medicinais cultivadas em quintais quilombolas”.

MEMÓRIA E IDENTIDADE: RECONSTRUÇÃO

Memória, todas/os têm uma, todas/os constroem uma, todas/os reconstroem uma. Todas as ações desempenhadas por cada pessoa se fazem carregadas de algo que elas já tenham, e criam uma nova perspectiva para algo que possam ter. A memória que é repassada de uma pessoa para outra é uma forma única de transmissão de costumes e características singulares de um povo/comunidade, construindo e reconstruindo, quando necessário, sua identidade.

Mas de qual memória estamos falando? Qual identidade foi construída? Qual está sendo construída e por quem está sendo construída? Nestes escritos, a memória e a identidade são femininas, negras e quilombolas. Em um país como o nosso, a memória também é de um passado escravocrata e "a história tem nos mostrado que a invisibilidade mata [...]" (Ribeiro, 2020, p. 42).

Colocar esses grupos em um lugar/local de invisibilidade contribui para a manutenção das desigualdades que configuram a sociedade brasileira. Ribeiro (2020, p. 62) enfatiza que:

> Não poder acessar certos espaços acarreta a não existência de produções epistemológicas desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até em relação a quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir.

A mulher negra da comunidade Dona Juscelina tem escrito e vivido uma outra realidade, mas que tem a mesma luta como bandeira. Essa outra realidade não é diferente da dos tempos passados, ela é moderna, tem uma roupagem moderna, mas se configura com a mesma descrição.

Oliveira (2018) nos diz que quando o negro se tornou liberto, a terra se tornou cativa. Quando os romeiros de Padre Cícero chegaram ao então Norte Goiano, encontraram terras livres e em abundância, mas elas se tornaram cativas. A Comunidade Quilombola Dona Juscelina perde seu território físico, mas continua com o simbólico e por meio de sua memória a luta pelo território ancestral é revivida todos os dias, seja pelas mulheres e/ou pelos homens da comunidade, que vão, juntos, construindo suas identidades e territorialidades.

Para Silva (2009, p. 97), identidade "é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade está ligada a sistemas de representação". Ainda corroborando nessa perspectiva, a identidade é algo formado ao longo do tempo, não se nasce com uma, ela é formada a partir das relações que são estabelecidas no/com o meio social, consciente ou inconscientemente (Hall, 2015).

Santos (2017, p. 3) considera que:

> A identidade é marcada pela representação de símbolos e assim a representação atuaria simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações em seu interior. [...] Essas representações perpassam o

> sentimento de pertencimento ao território, tendo em vista que o sentimento a determinada terra é uma maneira de expressar a identidade, construída através da confrontação de grupos.

A comunidade tem seus sentimentos de pertencimento com o território do Norte Goiano, que hoje se configura dentro do município de Muricilândia-TO, que é expresso através de seus costumes e atividades culturais dentro do espaço urbano da cidade. De acordo com Hall (2016, p. 19):

> Nos últimos anos, porém, em um contexto mais próximo das ciências sociais, a palavra "cultura" passou a ser utilizada para se referir a tudo o que seja característico sobre o "modo de vida" de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social – o que veio a ser conhecido como a definição "antropológica".

Todas as atividades desenvolvidas no cotidiano da comunidade carregam consigo seus traços culturais, traços que lhes dão uma identidade e que são vividos em conjunto dentro e fora da comunidade, um saber que é repassado de geração para geração com o intuito de manter sempre viva a história e a identidade dessa comunidade.

Narrar os acontecimentos requer toda uma reconstrução desses fatos em sua memória, é relembrar tudo que se viveu para entender e compreender o contexto atual e seguir lutando contra as formas de discriminação que vivenciam, lutar por seus territórios, lugares e espaços.

Nessa perspectiva de narrativa e compreensão, Ratts (2018, p. 5) relata que:

> Em Muricilândia, fui apresentado a uma biblioteca que é um nome, um corpo e um lugar: Quilombo Dona Juscelina Gomes. Estando ela preparada para me receber (por meio de várias cabeças-mãos atentas), necessitei ver, ouvir e, também, silenciar diante dessa pessoa-lugar, pessoa-saber/fazer/poder – gerada e geradora em outras pessoas-lugares, pessoas-saberes/fazeres/poderes, a exemplo dos griôs e das lideranças. Foi diante de suas narrativas, benditos, explicações, gracejos e olhares, imagens de santo e papéis, caixas e bandeiras, algo para beber e comer, silêncios e movimentos que fui refazendo o mapa que liga o Norte desta parte do país, a que as elites deram os nomes de Goiás, Tocantins e Maranhão, uma antiga rota da capitania do Grão Pará com a África.

Compreendemos assim a importância da narrativa e da oralidade dos saberes de um povo tradicional, especificamente, da mulher negra quilombola e matriarca de um quilombo. Sobre essa questão, Ratts (2018, p. 5) reforça que:

> A pessoa-biblioteca Juscelina Gomes fez eu me reorientar, olhar para o Oriente do cristianismo, do Islã, dos reinos africanos e me fez eu me nortear, saber que a partir do centro-norte brasileiro onde estamos, poucos que somos, negros, indígenas, quilombolas, mulheres e pessoas lgbt, possamos viver, norteados e orientados.

A identidade da mulher quilombola perpassa por inúmeras desconstruções que são refeitas e readequadas de acordo com as estruturas sociais vigentes que ditam os ritmos e os caminhos que cada grupo e comunidade devem ocupar. Dentro desses locais e/ou espaços, a mulher negra vai contra o sistema. Ela sempre foi. Ela sempre lutou. Ela sempre foi parte da história. Ela sempre foi protagonista de sua história.

Se “a identidade é formada na “interação” entre o “eu” e a sociedade” (Hall, 2015, p. 11), a memória é construída entre o passado e o presente e passada de geração para geração como a riqueza de uma comunidade. Identidade é uma produção e memória é a história dessa identidade.

A identidade e a memória de que estes escritos falam são as da mulher negra, quilombola, nortista/nordestina, romeira, parteira, escritora, raizeira, médica tradicional, etc. Estamos falando da mulher do quilombo Dona Juscelina, da matriarca, da liderança feminina, das protagonistas femininas que exercem suas funções tanto nos espaços internos quanto nos externos.

Estamos falando de mulheres que sempre lutaram por suas vidas, por sua comunidade, por seu território ancestral. Falamos da mulher negra e quilombola que preserva seus costumes, suas tradições, seus festejos e que constrói todos os dias, de acordo com Hall (2015), um pouco de sua identidade e também da sua comunidade. Nesse sentido, mesmo que não desfrutem de um território físico, desfrutam de uma identidade territorial. Santos (2017, p. 9) salienta que:

> A trajetória dessas mulheres está em constante movimentação, formando novas identidades, desde os papeis desempenhados no espaço privado (em casa), no espaço público e no assumir-se como mulher negra, como mulher quilombola.

Assim, Ludimila Carvalho dos Santos, jovem quilombola da comunidade e secundarista nascida em abril de 2003, que faz parte da comissão organizadora do Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes e representa a comunidade em espaços externos, relata sobre sua trajetória e o processo de construção de sua identidade e de outras/os quilombolas.

> Na realidade, eu acho que essa trajetória da Ludimila, ela se inicia desde muito pequena sabe, quando ainda de colo eu ia pro Rebolado e não queria sair, e dançava, e brincava, e cantava e tinha essa experiência com o canto, com a dança, com o batuque e depois a Ludimila se torna baliza né, que é as dançarinas da linha de frente do cortejo do Festejo da Abolição e aí depois a Ludimila entra no ensino fundamental numa escola estadual daqui de Muricilândia e aí daí, surge a ideia na sexta série, imagine na sexta série no ensino fundamental de se criar um Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Quilombo né, que foi uma ideia do Professor Manoel Filho e ele falou assim: “por que vocês não criam um grupo de estudo né pra tratar de assuntos relacionados a escola?”. Eu falei: “não, esses relacionados a escola a gente trata por aqui mesmo, a gente precisa de um grupo de estudo que estude a realidade quilombola e afro-brasileira dos nossos alunos” e aí nasce o NEAQ – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Quilombola.
>
> E já se abre um leque tremendo que é onde os alunos e as alunas quilombolas começam a se reconhecer, se auto identificar e assim falar: “não, eu sou do NEAQ”.
>
> Então começa a ter um processo de empoderamento bem forte dentro da escola, as alunas e os alunos quilombolas, principalmente as alunas, elas começam a si assumir, elas começam a voltar os cabelos naturais, elas começam a falar que é negra, preta e tem orgulho disso, então isso é muito importante pra construção identitária do quilombo e assim, eles começam a assumir esses locais de fala principalmente, porque falar

> que era do NEAQ era falar que sabia muito sobre a cultura afro-brasileira e quilombola. Então se sabia muito eles precisavam realmente entender, então é um espaço de estudo.
>
> E aí o NEAQ abre esse espaço pra que eu, pra que outras integrantes saiam de dentro da escola com argumentos, com falas preparadas né, tanto para o contexto interno da comunidade quanto para o contexto externo né. E aí a gente começa a sair da comunidade e apresentar a comunidade fora e assim, como adolescente com 12 anos de idade. Aí imagina tá, vamos pra uma Universidade Federal e chega lá uma menina de 12 anos né. Então assim, e aí vem as vantagens e desvantagens porque uma mulher né, uma menina, negra, quilombola, de escola pública, pobre, que se diz feminista é muita coisa pra uma sociedade como a da gente e como a de alguns anos atrás. (Protagonista Ludimila, 17 anos, entrevista cedida em 14 de agosto de 2020).

A trajetória descrita acima se inicia desde muito cedo dentro da comunidade e também do espaço escolar. Ludimila ocupa, desde muito jovem, vários espaços e abre caminhos para que outros jovens também possam se levantar. A trajetória que aqui foi descrita assinala sobre as necessidades da comunidade, as necessidades de informação e conhecimento e enfatiza o quanto a criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Quilombola (NEAQ) foi e é de suma importância para a juventude negra e quilombola da comunidade.

Apresentar a comunidade em outros espaços, além de visibilizá-la, comprova que ali existem jovens que vivenciam a luta de seu povo e que falam por ela e em nome dela. Ludimila narra que, com a criação do NEAQ, ocorreu um processo de empoderamento das alunas e dos alunos quilombolas. Sobre empoderamento, Berth (2020) aponta que é uma palavra de origem inglesa com elementos de latim e que ainda não é possível encontrar seu significado nos dicionários que usamos atualmente.

Autodefinição e autoavaliação são processos resultantes do empoderamento, é quando a mulher negra se reconhece tal como é e sabe que espaço deve ocupar dentro da sociedade em uma luta contra as formas de opressão e discriminação que os grupos ditos marginalizados sempre ocuparam no decorrer da história da sociedade, como afirma Berth (2020, p. 25):

> O prefixo “auto” cabe aqui como indicativo de que os processos de empoderamento, embora possam receber estímulos externos diversos da academia, das artes, da política, da psicologia, das vivências cotidianas etc., são uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e racista.

Essa mesma autora reforça que:

> Empoderar, dentro das premissas sugeridas, é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da História. Esse entendimento é um dos escudos mais eficientes no combate à banalização e ao esvaziamento de toda a teoria construída e de sua aplicação como instrumento de transformação social. (Berth, 2020, p. 23).

Quando as crianças/jovens dentro do ambiente escolar têm essa consciência e passam por todo um processo de reconstrução através do cabelo, por exemplo, vemos que eles formam uma coletividade empoderada (Berth, 2020) e que juntos ocuparam e ocuparão outros espaços que ultrapassam os muros da escola e os limites da comunidade.

Uma coletividade empoderada é repleta de identidades, diversidades, tradições, memórias que perpetuam os saberes e fazeres de seus antepassados em um processo de continuidade de suas lutas e singularidades que são repassados de geração para geração por meio da oralidade. Santos (2018, p. 9) defende que "mesmo que queimem a escrita, não queimam a oralidade, mesmo que queimem os símbolos, não queimam os significados, mesmo que queimem os corpos, não queimam a ancestralidade. Porque nossas imagens também são ancestrais".

Nessa perspectiva, a trajetória, a identidade, a memória e a história de um povo e/ou comunidade sempre permanecem vivas. Contudo, na ótica de Ailton Krenak (1994, p. 4), "entre a história e a memória, eu quero ficar com a memória".

Por que a memória e não a história? Mesmo que o processo de construção histórica de um lugar, de uma região, de um país tente apagar a existência e a luta de um povo, um grupo ou comunidade, a memória sempre fará com que existam, a memória sempre se lembrará daqueles que já se foram.

É nessa memória, nesse recontar da história de sua comunidade que as identidades do povo quilombola, especialmente da mulher quilombola, se fazem e refazem diariamente. É com a memória e com vozes embargadas que relembram de seus territórios, que traçam suas lutas e definem seus passos. É com a memória que seguem construindo sua história.

Quando Ribeiro (2020) fala da perversidade da invisibilidade, notamos na fala de Monaliza Borges de Almeida, jovem quilombola nascida em julho de 1997, que faz parte da comissão organizadora do Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes e acadêmica do curso de Psicologia de instituição de ensino superior privada, relatos sobre a invisibilidade quilombola e a raça/cor quando fala dos enfrentamentos de estar nesse espaço.

> Assim, fora da comunidade eu sinto muito o desconhecimento, têm pessoas que é aí de Araguaína e não sabe o quê que é uma comunidade quilombola sendo que têm tantas ao entorno. Então assim, fora da comunidade o que eu sinto bastante é a questão do desconhecimento, as minhas questões que mais me impactam fora não são necessariamente por ser quilombola, são por ser negra, porque eu sou uma pessoa negra de pele clara, por se só o termo já tem uma bivalência, contraditório né e aí esse lugar que eu ocupo que seria o pardo, mas que pra mim tem todas as problemáticas de usar esse termo também, o pardo.
>
> Então fora da comunidade as coisas que mais me impactam são mais relacionadas a minha raça/cor né, a cor mais do que propriamente o do ser quilombola, porque o quilombola é mais a questão do desconhecimento mesmo das pessoas. (Protagonista Monaliza, 23 anos, entrevista cedida em 23 de outubro de 2020).

A protagonista relata enfrentamentos que são vividos em espaços externos, em ambiente de ensino superior, espaço que desconhece sua identidade e sua cor. Estar

nesse local é, sem dúvida, um enfrentamento e uma necessidade, um ato de empoderamento e compreensão acerca de sua luta, da luta de seu povo, da sua comunidade.

Quando a mulher negra quilombola se movimenta, toda a comunidade se movimenta com ela. Quando ela fala, ela fala pelos homens e mulheres, pelos adultos e crianças, pelos griôs e jovens. Quando ela fala, ela quer ser e é escutada, ouvida, compreendida, entendida e respeitada. A voz feminina do quilombo Dona Juscelina percorre toda uma múltipla trajetória e ancestralidade de diversos povos e grupos. Em Muricilândia-TO, essa voz se unifica e fala por todas/os e para todas/os.

Por conseguinte, no próximo item, a abordagem que se pretende busca-se compreender o processo de construção da identidade das protagonistas da comunidade enquanto mulher, mulher negra, mulher negra e quilombola. Essa construção está atrelada à trajetória de luta pelo seu território.

EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA: (RE)EXISTÊNCIAS

Toda ação desempenhada que visa à existência e permanência de povos tradicionais em seus territórios e em suas terras no Brasil é acompanhada de muitos enfrentamentos, é uma luta árdua e que nunca foi arrefecida em detrimento daqueles ou daquelas que compunham a linha de frente.

Mulheres, idosos/idosas e crianças por muitas vezes já estiveram e por muitas outras estão na linha de frente ou linha de fogo durante confrontos que querem lhes tirar o pouco que ainda têm. Destarte, “em uma sociedade capitalista alicerçada no sistema patriarcal, os negros, as mulheres e as crianças são as maiores vítimas dos desdobramentos das desigualdades sociais” (Mendes, 2020, p. 62).

Apesar de estarem no ativismo lutando pelo direito de estarem ali e também pela manutenção dos direitos da comunidade, muitas vezes essas mulheres se cansam, se frustram e precisam de um novo fôlego para se colocarem novamente na luta (Mendes, 2020).

Mesmo quando estão ausentes, elas estão presentes. O ativismo da mulher quilombola é construído em uma rede que se inicia no seu espaço interno, estende dentro da comunidade e algumas alcançam os espaços estaduais e nacionais. Para se colocarem em cada um desses, elas enfrentam desafios das mais diversas amplitudes, como enfatiza Mendes (2020, p. 60):

> [...] as mulheres quilombolas assumem a postura de grandes protagonistas em defesa dos direitos coletivos constantemente violados, sendo aguerridas nesse propósito. Em muitos casos, essas mulheres têm de enfrentar violências interpessoais, sejam em espaços domésticos ou públicos.

A protagonista Lucilene Gomes Nascimento, neta da matriarca, que esteve na presidência da ACQDJ nos anos 2017 e 2018, relata um pouco das dificuldades enfrentadas:

> Assim que eu entrei, minha vó sempre incentivando pra mim entrar como presidente, até então entrei. Achei muito bom sabe, você se senti assim empoderada de tudo sabe, uma pessoa que sabe, mas a gente enfrenta alguns desafios que leva você a desistir sabia, assim, preconceitos porque a gente é mulher, principalmente de certos homens né, não aceita você tá ali comandando em alguma coisa. [...] Mas eu achei muito bom, uma época muito boa, mas a gente às vezes quer fazer algo mais né. (Protagonista Lucilene, 34 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

É evidente que, apesar das dificuldades encontradas no âmbito privado da sua comunidade, a mulher se sente motivada a continuar na luta, sempre buscando por melhorias. Já Betânia Vieira da Silva, coordenadora da percussão da bateria da Comunidade Dona Juscelina e nascida em outubro de 1976, na cidade de Muricilândia-TO, traz em seu relato, enquanto mulher coordenadora da percussão da comunidade, uma inteligente estratégia de resistência:

> Eu não encontrei assim nenhuma dificuldade, porque assim eu não me importava, o pessoal ficava assim assustado "aí mas por que uma mulher né, uma mulher ficar na frente" e eu ficava era na frente mesmo né, era no bumbo aquele maior e aí assim, eu me identifiquei, gostei e falei: "eu quero bater é esse aqui" e fui me aperfeiçoando e aprendendo né e assim então pra mim, eu num achei nenhuma dificuldade não entendeu, eu encarei mesmo viu.
>
> Assim, eu queria ajudar o Quilombo né, eles não estavam encontrando e aí eu por seu uma quilombola eu pensei: "por que não né, eu num arriscar" e fui, e gostei, e fiquei. (Protagonista Betânia, 44 anos, entrevista cedida em 21 de outubro de 2020, grifo nosso).

Existe uma luta maior, cada mulher quilombola tem uma luta individual e a enfrenta arduamente, porque a união e a perseverança de cada uma fortalecem todo o grupo, toda a comunidade. *"Quilombo é união, é todo mundo se unir" (Protagonista Betânia, 44 anos, entrevista cedida em 21 de outubro de 2020).*

A protagonista Monaliza afirma que tanto a presidência feminina quanto as lideranças femininas sempre foram muito presentes na comunidade, mas ressalta que, atualmente, na sua visão:

> As mulheres têm perdido um pouco, tem tido que lutar pelo o espaço delas, uma coisa que antes elas poderiam se dedicar bem mais a luta pela terra, apenas as outras demandas e agora a gente tá tendo que lutar pelo o espaço nosso dentro da própria comunidade. (Protagonista Monaliza, 23 anos, entrevista cedida em 23 de outubro de 2020).

Os relatos apresentados que colocam em pauta o papel de coordenadora de percussão de uma mulher, que deslegitimam a autoridade que o cargo de presidência lhe atribui e que faz com que a mulher tenha que lutar por um espaço que é seu dentro da sua própria comunidade evidenciam várias tentativas de invisibilização de suas trajetórias por parte de mais uma tentativa do sistema patriarcal. Nesse seguimento:

> Ao assumirmos posições de liderança, nos tornamos uma vez mais alvos do machismo, expostas a mais cobranças, críticas e ameaças. Contudo, apesar do papel que exercemos e dos riscos que corremos, nossa invisibilidade é gritante. Quando se fala em quilombo, pouco é dito sobre

Revista da Anpege | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

> as mulheres quilombolas, apesar de a maior parte dos quilombos ser liderada por elas. Essa invisibilidade da presença feminina no quilombo se transpõe para os outros espaços que frequentamos, por exemplo as universidades, lugar em que as mulheres quilombolas enfrentam diversas dificuldades. (Sousa; Lima; Sousa, 2020, p. 91).

Mesmo com todas essas dificuldades, as mulheres quilombolas seguem resistindo, conquistando e ocupando seus espaços. Elas encontram naquelas que vieram antes delas uma força para se manterem de pé, como afirma a jovem Ludimila, ao dizer que "[...] a gente continua a resistir e a gente continua a sustentar e principalmente tomar as rédeas da comunidade que de uma forma ou de outra, a partir de Dona Juscelina e da liderança dela, que nasce, que revigora as lideranças puras" (Protagonista Ludimila, 17 anos, entrevista cedida em 14 de agosto de 2020).

Os saberes da comunidade são repassados pela oralidade de geração para geração e Dona Cícera Vieira de Almeida[5], nascida em 1951, na cidade de Guadalupe-PI, é griô da comunidade e também médica tradicional. Como griô, é guardiã desses saberes que em momentos oportunos são repassados aos mais jovens. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, ela diz que:

> O lado bom é que eu não abaixei a cabeça. A Dona Lucelina no dia da festa dela ela sempre gosta de me chamar pra falar junto com ela, aí a primeira vez que eu subi eu fui mesmo bem pra perto, que eu gosto de falar é perto do povo, oiando pro povo e aí eu, tava o prefeito, tava o pessoal importante da cidade né e o Manoel escolheu nóis, aí eu falei eu tenho que mostrar a minha sabedoria pro povo, eu subi pro palanque e falei, falei mesmo, aí quando eu terminei de falar dessa vez eu não vi ninguém cochichando.
>
> Eu falei mesmo foi com muita vontade, mostrar pro povo que o que eu tava falando num era mentira, que eu tenho muita experiência de vida e aí quando eu terminei de falar a Dona Lucelina me abraçou, o prefeito falou assim: "Dona Ciça, a senhora falou muito bem", o Manoel falou: "Ciça, tu ta pior que os político, tu falou ótimo!", eu falei: "num posso fazer vergonha pro nosso povo de Muricilândia, nóis somos umas pessoas humilde, nós tem que mostrar o nosso saber, a nossa experiência, tudo é coisa boa, importante pra vida". (Griô Dona Cícera, 69 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

A preocupação em transmitir os verdadeiros valores de sua comunidade é claramente identificada na fala da griô, assim como o desejo pelo respeito daqueles que fazem parte da comunidade e participam dos eventos que são por ela organizados. Nesse seguimento de transmissão de saberes e fazeres, a griô, que detém conhecimentos de ervas medicinais, ressalta que:

> O meu pai era benzedor, ele benzia de arca caída, ele benzia de dor de cabeça, ele benzia sabe, e ele ensinava os chá e eu ficava observando, eu sempre gostei de ficar perto dos idosos. Eu ficava perto dos idosos observando e aí eu fui aprendendo. (Griô Dona Cícera, 69 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

5 Com tristeza, enquanto esta pesquisa ainda estava em curso, a Griô Cícera Vieira Almeida faleceu em 4 de março de 2021, na cidade de Araguaína-TO.

Percebemos, assim, a trajetória do conhecimento sobre as ervas medicinais de Dona Cícera, assim como a trajetória do gosto pelo grupo de percussão de Betânia, que é herdada de seu pai. Os relatos enunciam e denunciam diversas barreiras que são levantadas quando a mulher se coloca em papel de destaque. Temos uma relação de interseccionalidade que enrijece ainda mais o caminho da mulher, negra, quilombola, nortista que exerce função participativa seja nas questões políticas ou não de sua comunidade.

Na maioria das vezes, o cenário patriarcal e racista que configura essa nação apaga, invisibiliza e silencia grande parte dessas mulheres. São acontecimentos que permeiam dentro de seus lares, de suas comunidades, de seus Estados. O nosso País perpetua uma série de "maus costumes" e uma delas é o fato de tomar para si uma conquista alheia.

As mulheres quilombolas são guerreiras. Elas fundam e organizam comunidades, lutam por suas terras e territórios e, na maioria das vezes, são matriarcas de suas comunidades. Em muitos dos casos, elas são tidas como incompreensíveis quando se trata de assuntos específicos e são colocadas como ineficientes em algumas construções. Contudo:

> No movimento quilombola, **as mulheres ainda ocupam um lugar de minoria em relação ao reconhecimento público e ao destaque dado ao seu engajamento**. O movimento quilombola, embora apresente suas particularidades, não deixa de ser um local de atuação política inserido numa sociedade em que o protagonismo de mulheres em ambientes de poder não é comum. As mulheres que se destacam em nossa sociedade ainda são minoria num universo povoado por homens. (Andrade; Fernandes, 2020, p. 119, grifo nosso).

Nessa perspectiva, a voz que ressoa do Quilombo Dona Juscelina é feminina, negra, e quilombola. O espaço que o corpo feminino habita é um território de disputa, assim como a luta por sua terra e seus territórios ancestrais. A permanência do corpo em um espaço por ser feminino, negro e quilombola triplica a luta de cada protagonista desta pesquisa e de muitas outras mulheres. Além de lutarem por suas terras, essas mulheres lutam, primeiro, pelo território de sua existência.

Atentas às mudanças de cada tempo, as mulheres quilombolas não se calam e, quando são silenciadas, o silêncio de suas vozes ecoa por outros meios de comunicação em que outras escutarão e lhes serão solidárias. Toda essa construção para estar, ocupar e permanecer tanto na esfera pública quanto na privada permite a reconstrução e a reafirmação da identidade dessas mulheres. Permite que elas tenham, apesar de todas as mazelas, um lugar e um território no qual possam se reconstruir e se afirmarem enquanto mulheres quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das falas de autoras e autores e dos relatos das protagonistas, compreendemos como ocorreu e ocorre o processo de construção da identidade da mulher quilombola da comunidade Dona Juscelina, percebemos seus enfrentamentos nas mais variadas esferas da sociedade.

A luta diária pelo seu território físico ancestral possibilita a construção e reconstrução de sua identidade. A mulher do Quilombo Dona Juscelina, desde o início de sua formação, vem lutando diariamente pela permanência de seu grupo no município de Muricilândia-TO. As várias manifestações culturais e os geossímbolos presentes nesse espaço, mesmo que urbano, nos permitem essa afirmativa.

Compreendemos e afirmamos que as mulheres da comunidade estão sempre em movimento, ocupam seus espaços e desenvolvem atividades nas esferas pública e privada, relacionadas ou não com a sua comunidade e sempre buscam pela preservação de suas tradições e respeito àquelas que vieram antes delas.

As identidades culturais construídas pelas mulheres e por todos aqueles que integram a comunidade são um elo que possibilita a permanência desse grupo nesse território. O saber e o preservar dos costumes, dos saberes e fazeres retratam o reconhecimento e o entendimento acerca da história da sua comunidade e mantêm sempre viva a memória geográfica pela qual foi construída.

Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização apresentados anteriormente envolvem todas as protagonistas da comunidade. Cada fazer das lideranças femininas, das mais jovens ou mais velhas, está atrelado ao processo de luta pela terra. Mesmo que a sociedade e as barreiras dentro de suas próprias comunidades tentem apagar ou diminuir suas autonomias, elas seguem. Seguem na esperança e desejo de melhores condições para si e para aqueles que caminham com elas.

É um processo contínuo de construir e reconstruir. Todo conhecimento adquirido pelas mulheres participantes desta pesquisa implica em suas existências e na construção de sua identidade e é uma forma de resistir enquanto mulheres negras, mulheres quilombolas, mulheres romeiras, mulheres nortistas que desempenham grandes e necessários papéis dentro e fora da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda. **Dilemas Territoriais e Identitários em Sítios Patrimonializados:** Os Kalunga de Goiás. Publicado em “Cerrados – perspectivas e olhares”, de Marcia Pelá e Denis Castilho. Goiânia, 2010, p. 11-29.

ALMEIDA, Maria Geralda. **Diáspora:** viver entre-territórios. E entre-culturas? In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ANDRADE, Sandra Maria da Silva; FERNANDES, Ana Carolina Araújo. **“Eu sempre fui atrevida”:** alguns movimentos de uma filha de Xangô na luta quilombola. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

BONNEMAISON, Joël. **La Géographie culturelle**. Paris: Éditions du CTHS, 2000.

BRITO, Eliseu Pereira de. **Itinerários de uma identidade territorial na invenção do ser tocantinense.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Programa de Pós-Graduação em Geografia. Goiânia, 2016.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

FROCHTENGARTEN, Fernando. **A memória oral no mundo contemporâneo.** Estudos Avançados, v. 19, n. 55, São Paulo, Sept./Dec. 2005, p. 367-376.

HAESBAERT, R. **Identidades Territoriais.** In. ROSENDHAL, Z e CORRÊA, R. (org.). Manifestações da Cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: Editoria da UFF, 1997.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

KRENAK, Aílton. **Antes o mundo não existia.** In: NOVAES, Adauto (org.) Tempo e História. São Paulo, Secretaria Municipal da Cultura/Companhia das Letras, 1994, p. 201-2004.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Território, espaço de identidade.** In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDES, Maria Aparecida. **"Saindo do quarto escuro":** violência doméstica e a luta comunitária das mulheres quilombolas em Conceição das Crioulas. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

OLIVEIRA, Izarete da Silva de. **Território e Territorialidade nos Limites do Rural e Urbano na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia – TO.** Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Araguaína: UFT, 2018.

RATTS, Alex. **Corpos-espaços e diferenças no Centro-Norte brasileiro.** Comunicação proferida no III Simpósio e I Seminário Internacional – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território / Universidade Federal do Tocantins, realizado em Araguaína, de 10 a 12 de setembro de 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

SADER, M. Regina C. de Toledo. **Espaço e Luta no Bico do Papagaio**. Tese (doutorado), FFLCH – Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo, 1986.

SANTOS, Antonio Bispo. **Somos da terra.** Piseagrama. Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018.

SANTOS, Geilza da Silva. **Mulheres Quilombolas:** Território, pertencimento e identidade na Comunidade Negra Senhor do Bonfim – Areia-PB. XI Encontro Regional Nordeste de História Oral. Ficção e Poder: oralidade, imagem e escrita. Fortaleza-CE, 2017.

SANTOS, Katiane da Silva. **DO PASSADO AO PRESENTE:** A Festa da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Araguaína: UFT, 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial.** In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** 1. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 (2001).

SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOUSA, Amária Campos de; LIMA, Débora Gomes; SOUSA, Maria Aparecida Ribeiro de. **Da comunidade à universidade:** trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org). Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À Procura das Bandeiras Verdes:** viagem, missão e romaria – Movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2001.

SOBRE AS AUTORAS

ELAINE DA SILVA SOUSA – Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal do Goiás (PPGEO/IESA/UFG). Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Espírito Santo (DocentEPT/CEFOR/IFES). Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional (PPGG/UFT). Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades (LAGENTE/UFG). Participante do grupo de estudos Espaço e Diferença (LAGENTE/UFG). Atua principalmente nos seguintes temas de pesquisa: Trajetórias Socioespaciais; Territorialidade; Relações étnico-raciais e de gênero.

E-mail: elaine.sousa@discente.ufg.br

MARCILÉIA OLIVEIRA BISPO – Possui graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade do Tocantins -UNITINS (1996), mestrado (2006) e doutorado (2012) em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio Ambientais -Universidade Federal de Goiás IESA/UFG. É professora Associada na Universidade Federal do Tocantins no curso de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Geografia (mestrado) campus de Porto Nacional. Foi coordenadora Institucional do PIBID/UFT nos anos de 2015 a 2018. Atualmente é Docente orientadora na Residência Pedagógica no curso de Geografia, campus Porto Nacional. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de Geografia, educação ambiental, formação de professores, meio ambiente e representações, território e comunidades tradicionais.

E-mail: marcileia@uft.edu.br